

O Globo
17/3/96 p. 16
392

Uma cidade fantasma na reserva dos guajajaras

Numa demonstração de ódio contra os índios, antes de saírem do local, por ordem da Justiça, moradores destruíram tudo

Rodrigo França Taves

• BRASÍLIA. Os prédios em ruínas fazem parecer impossível que até janeiro tenha havido ali uma cidade de 5 mil moradores, com escolas, igreja, mercado e quase mil casas. Para a Funai, São Pedro dos Cacetes, no Maranhão, passa para a história como exemplo de ódio contra os índios brasileiros. Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a cidade acaba de ser desocupada por ter sido erguida, na década de 40, na reserva dos índios guajajaras. Embora tenham recebido indenizações da Funai pelas benfeitorias, os moradores destruíram tudo, ao serem transferidos pelo Governo do Maranhão para outro local.

Foi o maior povoado já retirado até hoje de uma área indígena. A transferência começou no início de 1995, depois de quase 50 anos de conflitos sangrentos, de batalhas na Justiça e de histórias de roubo e desvios de verba. Os cinco mil guajajaras, que vivem em 45 aldeias na área demarcada e homologada desde 1936, só não esperavam que agora, depois de decidida a questão, os brancos entupissem poços artesianos, tentassem derrubar a caixa d'água, e destruíssem as paredes das casas, usando cabos de aço

puxados por caminhões. Os índios não iriam morar nas casas, mas contavam aproveitar as salas de aula das escolas e os poços. A revolta é tão grande que na semana passada os índios proibiram a retirada dos postes de luz, apesar de não precisarem deles.

Órgão antecessor da Funai arrendou a terra a brancos

Para recuperar suas terras, os guajajaras precisaram lutar contra os políticos maranhenses e contra os moradores de Grajaú e Barra do Corda, as duas cidades mais próximas da aldeia, que não reconheciam seus direitos. O erro começou na década de 40, quando as terras onde São Pedro dos Cacetes foi construída foram arrendadas aos brancos pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão antecessor da Funai. O povoado surgiu entre quatro aldeias e, apesar dos conflitos, os moradores sempre rejeitaram as tentativas de remoção feitas pela Funai, alegando ter direito sobre as terras.

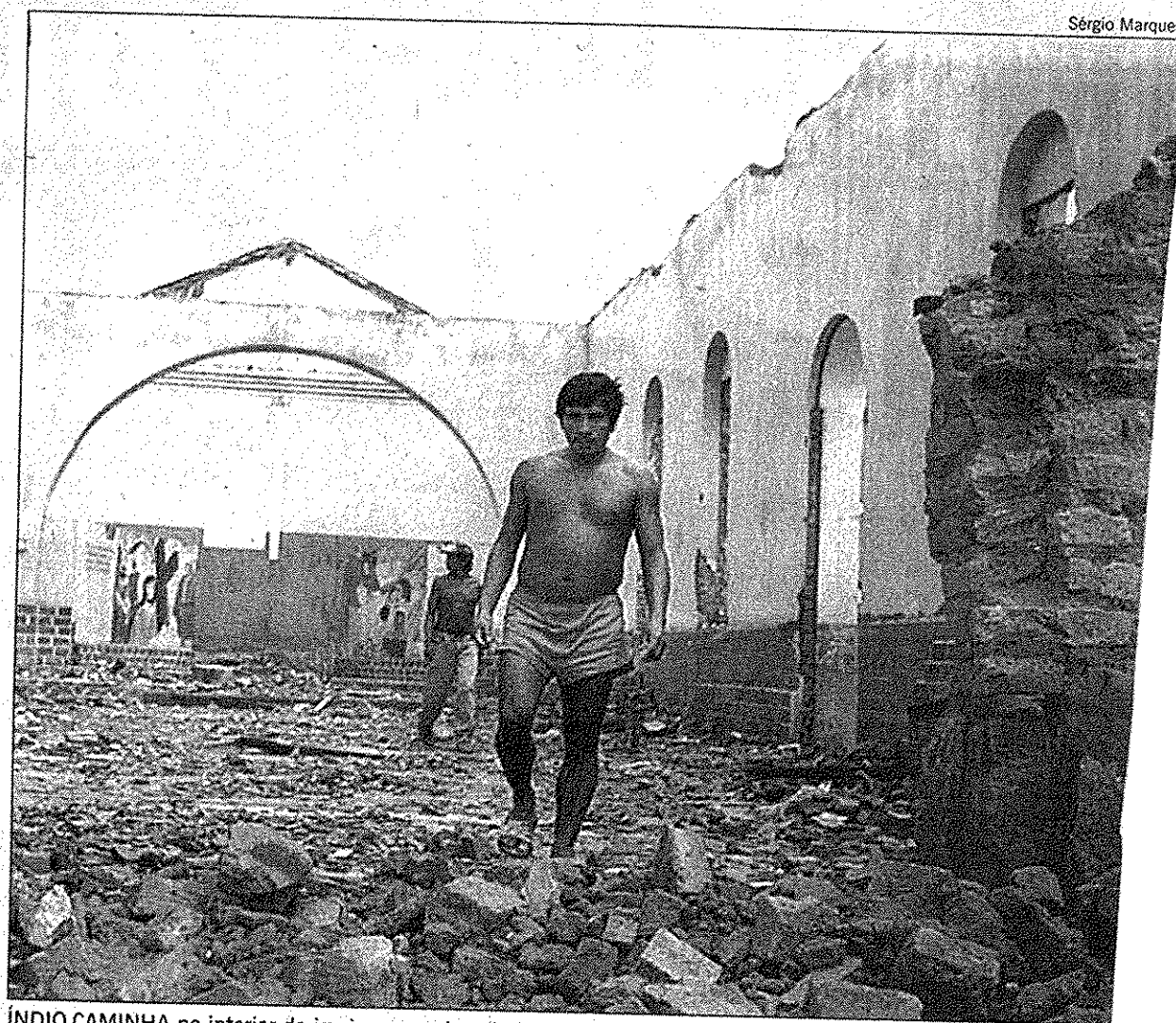
O indigenista Porfírio Carvalho, conselheiro da Funai, garante ser testemunha de que, em 1980, a Funai repassou ao governador do Maranhão na época, João Castelo, os recursos para a transferência do povoado, mas o dinhei-

ro desapareceu e até hoje a auditoria pedida pela Funai ao Tribunal de Contas da União não deu em nada. O STF só resolveu o problema em 1988, quando tentou-se criar oficialmente o município de São Pedro dos Cacetes. Os índios recorreram, com apoio da Procuradoria da República no Maranhão, e ganharam a causa, mas nem assim o povoado foi transferido. Foi preciso que em 1993 os guajajaras interditassem a BR-226 (Teresina-Imperatriz) e que a Procuradoria entrasse com ação de desocupação junto ao Tribunal Regional Federal, em São Luís.

— Em 1994, quando a sentença já tinha saído, o Governo do estado ainda instalou luz elétrica no povoado. O tribunal teve que mandar cortar a luz e tirar os transformadores — lembra Carvalho, que é hostilizado em Grajaú e Barra do Corda por defender os direitos dos índios.

O indigenista fez fotos da cidade destruída. Da igreja, por exemplo, sobrou pouco. Os moradores destruíram o telhado e o piso e fizeram rombos nas paredes.

— Como tudo foi pago pela Funai, tinha que ficar intacto. Mas será difícil cobrar responsabilidades. O que importa é que os índios vão ter suas terras de volta — disse Carvalho. ■



ÍNDIO CAMINHA no interior da igreja, arrasada pelos brancos antes de desocuparem a cidade por decisão judicial

Sérgio Marques